

LUCAS NAIF CALURI

*Professor e coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo
— UNISAL — unidade Campinas, professor da FACAMP — Faculdades de Campinas e professor
convidado da Escola Superior de Advocacia do Estado de São Paulo.*

**RECURSOS NO
NOVO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL**

LT[®]_R



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Agosto, 2015

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX
Projeto de capa: FÁBIO GIGLIO
Impressão: GRAPHIUM

Versão impressa — LTr 5342.7 — ISBN 978-85-361-8550-7
Versão digital — LTr 8774.3 — ISBN 978-85-361-8535-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caluri, Lucas Naif

Recursos no novo código de processo civil / Lucas Naif Caluri. —
São Paulo : LTr, 2015.

1. Processo civil — Brasil 2. Processo civil — Leis e legislação —
Brasil 3. Recursos (Direito) — Brasil I. Título.

15-06653

CDU-347.9(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código de processo civil	347.9(81)(094.4)
2. Código de processo civil : Brasil	347.9(81)(094.4)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	19
1. Esboço histórico.....	19
1.1. O desenvolvimento dos recursos no Direito brasileiro	22
1.2. Dos recursos — com base nos dispositivos do novo Código de Processo Civil....	23
1.3. Relevância recursal	26
1.4. Natureza jurídica dos recursos.....	27
1.5. Fundamentos recursais.....	28
CAPÍTULO II	31
2. Juízo de admissibilidade no novo Código de Processo Civil — Lei n. 13.105/15	31
2.1. Requisitos de admissibilidade	32
2.1.1. Cabimento	33
2.1.2. Tempestividade	33
2.1.3. Preparo	34
2.1.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo.....	36
2.1.5. Legitimidade	36
2.1.6. Interesse que decorre da sucumbência.....	37
CAPÍTULO III	39
3. Recursos em espécies no novo Código de Processo Civil	39
3.1. Apelação.....	39
3.1.2. Efeitos.....	40
3.1.3. Processamento.....	41
3.1.4. Prazo	42
3.1.5. Poderes do relator.....	42
3.1.6. Resultado de apelação não unânime	44

3.1.7. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	45
3.1.8. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	45
3.2. Agravo de instrumento	46
3.2.1. Processamento.....	47
3.2.2. Poderes do relator.....	48
3.2.3. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	48
3.2.4. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	48
3.3. Agravo interno.....	48
3.3.1. Processamento.....	49
3.3.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	50
3.4. Embargos de declaração	50
3.4.1. Processamento.....	51
3.4.2. Efeitos.....	53
3.4.3. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	54
3.4.4. Súmula do Supremo Tribunal Federal	54
3.5. Recurso ordinário	54
3.5.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	55
3.6. Recurso especial.....	55
3.6.1. Processamento.....	56
3.6.2. Multiplicidade de recursos.....	57
3.6.3. Poderes do relator.....	58
3.6.4. Origem dos poderes do relator	58
3.6.5. A nova ordem processual dos poderes do relator.....	60
3.6.6. Dos recursos apresentados em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante.....	61
3.6.7. Súmula impeditiva de recursos	62
3.6.8. O Código de Processo Civil modelo para os países ibero-americanos ...	65
3.6.9. Da jurisprudência dominante.....	66
3.6.10. Demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil.....	66
3.6.11. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	67
3.7. Recurso extraordinário	68
3.7.1. Repercussão geral	69
3.7.2. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	70

3.8. Embargos de divergência	72
3.8.1. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	73
3.8.2. Súmula do Supremo Tribunal Federal.....	73
3.9. Recurso adesivo	73
CAPÍTULO IV	75
4. A busca para a efetividade e razoável duração do processo.....	75
4.1. A ética processual	78
4.2. Recursos protelatórios.....	80
4.3. Da lealdade processual.....	81
CAPÍTULO V	82
5. Princípios fundamentais dos recursos cíveis.....	82
5.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	84
5.1.1. Vantagens e desvantagens do duplo grau de jurisdição	85
5.2. Princípio da taxatividade.....	85
5.2.2. Recursos existentes fora do sistema do Código de Processo Civil.....	86
5.2.3. Supremo Tribunal Federal: recursos na ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) e na ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	87
5.2.4. Recurso de terceiro prejudicado	87
5.2.5. Decisões interlocutórias.....	89
5.2.6. Decisão final	90
5.2.7. Os sucedâneos dos recursos.....	91
5.2.8. Remessa obrigatória.....	92
5.2.9. Correição parcial	93
5.3. Princípio da singularidade.....	93
5.4. Princípio da fungibilidade	95
5.5. Princípio da dialeticidade.....	97
5.6. Princípio da voluntariedade	98
5.7. Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	99
5.8. Princípio da complementariedade.....	99
5.9. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	101
5.10. Princípio da consumação.....	102
5.11. Princípio da devolutividade dos recursos.....	104

5.12. Princípio da lesividade da resolução.....	104
5.13. Princípio da pessoalidade dos meios de recurso.....	105
CAPÍTULO VI	106
6. Efeitos dos recursos.....	106
6.1. Efeito devolutivo	106
6.1.1. Efeito devolutivo e a reforma do Código de Processo Civil.....	108
6.2. Efeito suspensivo.....	109
6.2.1. Recursos que têm efeito suspensivo	111
6.2.2. Impugnação parcial e efeito suspensivo	112
6.2.3. Do suprimimento do efeito suspensivo	113
6.3. Efeito obstativo	115
6.4. Efeito expansivo	115
6.5. Efeito translativo	116
6.6. Efeito substitutivo	117
6.7. Efeito regressivo.....	118
6.8. Efeito diferido	119
CAPÍTULO VII	120
Quadro comparativo entre o novo CPC/2015 e o CPC/1973 em matéria recursal.....	120
CAPÍTULO VIII	147
Quadro comparativo entre o novo CPC de 2015 e o CPC de 1973.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163